

Funções Executivas e Competências Socioemocionais nos Primeiros Anos da Adolescência: investigando interlocuções

Executive Functions and Socioemotional Skills in Early Adolescence: investigating interplays

Funciones ejecutivas y competencias socioemocionales en los primeros años de la adolescencia: analizando interrelaciones

Livia Crespi 

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.

livia.crespi@farroupilha.ifrs.edu.br

Fabiane Cristina Rockenbach 

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.

fabianerockenbach21@gmail.com

Gabriela Moroni Bistrot 

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.

gabriela-mbristrot@educar.rs.gov.br

Recebido em 22 de agosto de 2025

Aprovado em 05 de maio de 2026

Publicado em 11 de maio de 2026

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar fundamentos teóricos que abordam a relação entre o funcionamento executivo e as competências socioemocionais na adolescência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e que faz uso de revisão bibliográfica em estudos das áreas de Neurociência, Educação e Psicologia do Desenvolvimento. O procedimento metodológico consiste em um levantamento nas plataformas SciELO e CAPES para identificar artigos acadêmicos produzidos na última década relacionados à pesquisa por palavras-chave em pares. Com base nos fundamentos coletados, compreende-se que as funções executivas, como controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva, são fundamentais para a autorregulação e para o desempenho acadêmico e social. A análise dos artigos científicos selecionados, aponta que déficits nessas funções estão associados a comportamentos de risco, dificuldades emocionais e prejuízos nas competências socioemocionais, especialmente em contextos de vulnerabilidade

social. Os estudos evidenciam ainda que o ambiente escolar pode ser um espaço propício para o fortalecimento dessas habilidades, desde que o ritmo de amadurecimento individual dos adolescentes seja considerado. Logo, práticas pedagógicas que estimulam o desenvolvimento neuropsicológico, aliadas a políticas públicas e abordagens multissetoriais, são fundamentais para promover o desenvolvimento integral dos adolescentes.

Palavras-chave: Funções executivas; Competências socioemocionais; Adolescência.

ABSTRACT

This article aims to present theoretical foundations that address the relationship between executive functioning and socioemotional skills in adolescence. This is a qualitative, exploratory research that uses a literature review of studies in the fields of Neuroscience, Education, and Developmental Psychology. The methodological procedure consists of a survey on the SciELO and CAPES platforms to identify academic articles published in the last decade, located through a search using pairs of keywords. Based on the collected foundations, it is understood that executive functions, such as inhibitory control, working memory, and cognitive flexibility, are fundamental for self-regulation and for academic and social performance. The analysis of the selected scientific articles indicates that deficits in these functions are associated with risk behaviors, emotional difficulties, and impairments in socioemotional skills, especially in contexts of social vulnerability. The studies also show that the school environment can be a conducive space for strengthening these skills, provided that the individual pace of adolescent maturation is considered. Therefore, pedagogical practices that stimulate neuropsychological development, combined with public policies and multisectoral approaches, are fundamental to promoting the integral development of adolescents.

Keywords: Executive functions; Socioemotional skills; Adolescence.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar fundamentos teóricos que abordan la relación entre el funcionamiento ejecutivo y las competencias socioemocionales en la adolescencia. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter exploratorio, que utiliza una revisión bibliográfica de estudios en las áreas de Neurociencia, Educación y Psicología del Desarrollo. El procedimiento metodológico consistió en una búsqueda en las plataformas SciELO y CAPES para identificar artículos académicos publicados en la última década, localizados mediante la búsqueda por pares de palabras clave. Con base en los fundamentos recopilados, se comprende que las funciones ejecutivas como el control inhibitorio, la memoria de trabajo y la flexibilidad cognitiva, son fundamentales para la autorregulación y para el desempeño académico y social. El análisis del material

selecionado señala que los déficits en estas funciones están asociados con comportamientos de riesgo, dificultades emocionales y perjuicios en las competencias socioemocionales, especialmente en contextos de vulnerabilidad social. Los estudios evidencian además que el ambiente escolar puede ser un espacio propicio para el fortalecimiento de estas habilidades, siempre que se considere el ritmo de maduración individual de los adolescentes. Por lo tanto, se concluye que las prácticas pedagógicas que estimulan el desarrollo neuropsicológico, aliadas a políticas públicas y abordajes multisectoriales, son fundamentales para promover el desarrollo integral de los adolescentes.

Palabras clave: Funciones ejecutivas; Competencias socioemocionales; Adolescencia.

Introdução

A adolescência é um período do desenvolvimento humano extremamente significativo para o aperfeiçoamento de habilidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais do ser humano. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, vigente no Brasil desde 13 de julho de 1990, é considerado adolescente perante a lei toda pessoa entre 12 e 18 anos (Brasil, 1990). Embora essa legislação garanta uma série de direitos, sua efetivação na realidade cotidiana dos jovens não é uniforme, uma vez que o acesso a serviços públicos e a informações de qualidade ocorre de maneira desigual. Esse cenário de disparidade implica que o desenvolvimento ocorre sob condições desiguais. Contudo, apesar dessa heterogeneidade de base, há uma expectativa social e legal convergente: a de que esses jovens sejam capazes de fazer escolhas assertivas, exercer a autorregulação e definir projetos de vida para seu futuro.

Diante desse desafio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) posiciona-se como um documento orientador que destaca o desenvolvimento gradual, durante o Ensino Médio, de cinco competências socioemocionais: autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão com responsabilidade. Precisamente essas competências são cruciais para o desenvolvimento integral do estudante, pois promovem o autoconhecimento, o controle emocional, a interação social e a tomada de decisões éticas necessárias para uma vida social, educacional e emocional exitosa.

Diversas áreas investigam o desenvolvimento durante este período da vida e neste estudo, optamos por centralizar as discussões baseadas nas abordagens trabalhadas no campo da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Cognitiva, das Neurociências e da Educação, uma vez que o uso de pesquisas translacionais vem sendo apresentada como uma possibilidade de comunicação entre áreas de conhecimento, aparentemente distintas, mas que na verdade estudam, sob diferentes perspectivas, os mesmos objetos ou processos, buscando atender interesses sociais.

Neste sentido, Lent (2019) nos explica que as pesquisas translacionais buscam superar o antagonismo entre pesquisas básicas e pesquisas aplicadas, tão comumente visto em discussões relacionadas especialmente à área da Educação.

Nas palavras do autor,

O potencial de contribuição das diferentes disciplinas científicas para a Educação, assim, torna-se cada vez mais nítido. Cada vez mais a Neurociência consegue desvendar a conectividade cerebral e a dinâmica da interação funcional entre o cérebro e o ambiente, bem como os caminhos do desenvolvimento do Sistema Nervoso e os mecanismos da neuroplasticidade que tornam o cérebro capaz de moldar-se, adaptar-se e modular o seu desenvolvimento de acordo com estímulos externos. Essas descobertas repercutem e interagem com a Psicologia Cognitiva, revelando como as pessoas se relacionam no ambiente familiar, social e, obviamente, escolar (Lent, 2019, p. 6).

No campo das Neurociências, a adolescência é descrita como “uma época inevitável de transição em que o cérebro da infância se transforma em um cérebro adulto” (Herculano-Houzel, 2005, p. 14) e essas transformações não são apenas em peso ou volume cerebral. Trata-se de um intenso processo de maturação do Sistema Nervoso (SN) e de suas funções, que tendem a seguir um padrão de desenvolvimento comum à espécie humana, mas que admite certa variação temporal, podendo ocorrer de forma mais rápida ou mais lenta, dependendo tanto de condições ambientais, como alimentação, estímulos, experiências, vínculos afetivos, cuidados responsivos, quanto de questões biológicas internas e próprias de cada sujeito.

Por outro lado, nos estudos conduzidos no campo da Psicologia do Desenvolvimento, descrevem-se alterações significativas nas principais esferas do desenvolvimento humano: física, cognitiva e psicossocial, sendo que essas alterações distanciam, paulatinamente, o jovem daquela criança que um dia foi. Seja pelos saltos de crescimento físico, que alteram seu corpo e sua voz, seja pelo novo padrão de comportamento, que muitas vezes afasta os pais e dá maior ênfase ao grupo de amigos, seja pelo pensamento, cada vez mais lógico e capaz de raciocinar sobre conceitos hipotéticos e abstratos (Bee; Boyd, 2011), os adolescentes mostram-se também como um grupo de indivíduos que,

Se associam e enfrentam os mesmos desafios, ambientais, mentais e sociais, cuja superação acaba por torná-los aptos a sobreviver longe dos pais ou responsáveis. O gosto por riscos, o distanciamento da família, a formação de novas amizades e o desenvolvimento cognitivo e emocional que caracterizam o adolescente hoje são vistos pela Neurociência como etapas necessárias à conquista da independência adulta, e tudo orquestrado por um só maestro: o cérebro (Herculano-Houzel, 2005, p. 62).

Durante a adolescência, observamos o jovem realizar tentativas de tornar-se cada vez mais independente de seus pais e/ou cuidadores, buscando apresentar-se como um indivíduo autônomo e com fortes vínculos com seus pares. Sendo que, se por um lado há menor influência direta dos pais sobre as escolhas dos filhos, por outro lado, o ambiente social e as relações interpessoais estabelecidas entre os adolescentes passam a exercer grande influência no seu comportamento.

Os comportamentos tão característicos da adolescência, se bem observados, são comuns também na infância, pois advém da imaturidade da mesma região cerebral, o córtex pré-frontal, que embora esteja em funcionamento desde a infância, ainda está longe de apresentar o mesmo funcionamento e conectividade de um cérebro adulto. Como indica Herculano-Houzel (2005, p. 132), “a impulsividade, a

incapacidade de antecipar consequências desastrosas dos seus atos, a distração e o comportamento utilitário não surgem na adolescência; essas são características manifestas já no comportamento infantil”, no entanto, tendemos, enquanto sociedade, a cobrar dos adolescentes um comportamento mais próximo ao dos adultos do que das crianças.

Essa é uma reflexão essencial, já que embora a sociedade e, muitas vezes, os próprios pais, possam considerar que o adolescente se encontra apto para interagir sem mediação de adultos, responder adequadamente às demandas sociais, ser considerado mais independente e responsável por suas ações, as pesquisas científicas indicam que os jovens não apresentam maturação cerebral adequada para enfrentar, sem auxílio ou supervisão, os desafios encontrados no seu cotidiano, ou seja, apesar de parecerem fisicamente com adultos, distanciando-se daquele corpo e comportamento infantil, estes indivíduos ainda precisam de supervisão, orientação, proteção e olhares qualificados para que se desenvolvam integralmente.

Diante do exposto, na presente pesquisa, analisaremos as especificidades da adolescência a partir de uma perspectiva biopsicossocial, com o respaldo de aportes teóricos transdisciplinares que transitam entre Educação, Neurociências e Psicologia do desenvolvimento e que fomentam um entendimento mais aprofundado do funcionamento cerebral nesta faixa etária, das funções executivas e de como estas afetam as competências socioemocionais.

Percursos metodológicos

A presente pesquisa constitui-se como um estudo qualitativo de cunho bibliográfico, embasado em referenciais teóricos nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento, Educação e Neurociências, a fim de explorar a temática e compreender as relações que se estabelecem entre funções executivas e competências socioemocionais, com foco nos indivíduos que se encontram na faixa etária dos onze aos catorze anos de idade. Neste estudo, a escolha pela metodologia de pesquisa qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar fenômenos mais profundos e complexos, explorando percepções e significados atribuídos às funções executivas e não apenas quantificar essas habilidades.

Como indica Minayo (2001), a pesquisa qualitativa visa trabalhar em um universo de variados significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser mensurados por meios de variáveis, ou seja, não podem depender de informações quantitativas para se extrair significados. Ademais, ao fazer uso de revisão bibliográfica, o estudo almeja conduzir um “levantamento de informações relevantes que contribuam no desenvolvimento da pesquisa, na elaboração do tema e na revisão bibliográfica ou quadro teórico” (Souza; Oliveira; Alves, 2020, p. 68). Isto posto, indicamos que a presente pesquisa, não fará uso de números ou estatísticas, mas priorizará o entendimento sobre o desenvolvimento na adolescência e sobre as alterações no funcionamento cerebral que ocorrem nesta faixa etária e que impactam nas competências socioemocionais destes indivíduos.

Para fundamentar teoricamente a pesquisa, apresentamos no decorrer do texto alguns levantamentos sobre funções executivas, adolescência e competências socioemocionais encontrados em autores como Aguilar (2024), Bee e Boyd (2011), Cosenza e Guerra (2011), Lent (2019), Moura (2018) e Papalia, Olds e Feldman (2013). Além disso, realizamos um levantamento de artigos científicos publicados nos últimos dez anos (2015-2025) na plataforma SciELO e no Portal de Periódicos da CAPES, a fim de buscar produções científicas atualizadas sobre a temática.

Destacamos que a preferência pela pesquisa ser feita na SciELO e no Portal de Periódicos da CAPES, se justifica por ambos indexam preferencialmente periódicos com avaliação por pares (*peer review*), critérios rigorosos de qualidade editorial e indexação seletiva. Não utilizamos o Google Acadêmico, pois embora abrangente, inclui uma vasta gama de materiais não revisados por pares, o que pode introduzir ruído e comprometer a consistência metodológica da revisão. Do mesmo modo, não conduzimos buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, por estarmos interessadas em publicações científicas publicadas em periódicos revisados por pares.

Para realizar o levantamento na SciELO e no Portal de Periódicos da Capes, foram utilizados os seguintes descritores: “funções executivas”, “competências socioemocionais” e “adolescência”. A escolha destes descritores se deu por indicarem a possibilidade de interlocução direta com a temática da pesquisa e também para evitar o levantamento de resultados que pudessem ampliar o escopo da pesquisa para outros momentos do desenvolvimento humano, como infância e vida adulta. Os descritores foram pesquisados individualmente e também foram combinados em pares, a fim de obter resultados que conversassem com o objetivo desta pesquisa. Os pares utilizados foram “funções executivas AND adolescência”, “Funções executivas AND competências socioemocionais” e por fim, fez-se uma busca conjunta pelos “competências socioemocionais AND adolescência”.

Ao pesquisar individualmente cada descritor nestas plataformas, obtivemos um total trezentos e dez artigos sobre às funções executivas, duzentos e oito artigos sobre às competências socioemocionais e dois mil, novecentos e vinte e dois artigos relacionados à temática da adolescência, enquanto a busca combinada dos mesmos descritores, resultou em sete artigos, sendo um relacionado ao par “funções executivas AND competências socioemocionais”, dois na combinação de marcadores “funções executivas AND adolescência” e quatro na concordância de análise dos marcadores “competências socioemocionais AND adolescência”.

É importante ressaltar, que estas combinações de marcadores foram realizadas para possibilitar a identificação de artigos que abordam especificamente a conexão entre competências socioemocionais, funções executivas e adolescência, excluindo-se da análise os textos que não discorriam sobre estas funções na adolescência.

Resultados e discussões

O período da vida conhecido como adolescência é um conceito construído

socialmente a partir de um conjunto de características comumente atribuídas a este grupo etário e não apenas uma etapa biológica da vida humana. Neste sentido, não é possível falar sobre as mudanças corporais, estruturais, comportamentais e emocionais vivenciadas na adolescência, sem considerar as expectativas e significados atribuídos pela sociedade para esse sujeito em desenvolvimento, nem mesmo as vivências destes no tempo e no espaço que transitam. Como indica Bock (2007, p. 70),

A adolescência é social e histórica. Pode existir hoje e não existir mais amanhã, em uma nova formação social; pode existir aqui e não existir ali; pode existir mais evidenciada em um determinado grupo social, em uma mesma sociedade (aquele que fica mais afastado do trabalho) e não tão clara em outros grupos (os que se engajam no trabalho desde cedo e adquirem autonomia financeira mais cedo). Não há uma adolescência, enquanto possibilidade de ser; há uma adolescência enquanto significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas.

Isto posto, para além dos aspectos biológicos, é fundamental compreender que as experiências sociais marcam profundamente o desenvolvimento da identidade e das habilidades cognitivas e sociais dos indivíduos. Como lemos em Bee e Boyd (2011), a adolescência é um período que se encontra psicológica e culturalmente entre a infância e a vida adulta e como tal,

A maioria das culturas concorda que as mudanças físicas da puberdade marcam o início desse período. Independentemente da cultura, a tarefa primordial da adolescência é preparar para a participação na sociedade adulta. Assim, o ponto de término da adolescência varia consideravelmente entre as culturas e é definido por critérios oriundos de todos os três grandes domínios do desenvolvimento: físico, cognitivo e socioemocional (Bee; Boyd, 2011, p. 397).

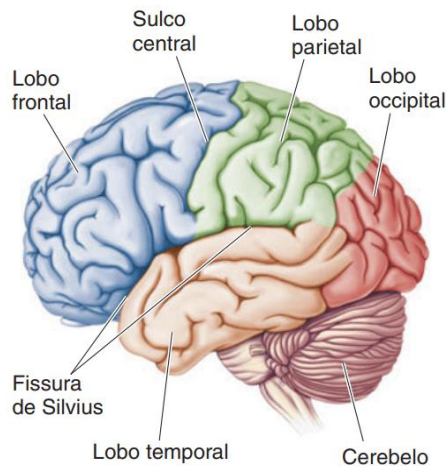
Como um período intermediário entre a infância e a vida adulta, a adolescência se mostra como um período de transição e de mudanças inevitáveis, tanto no corpo, como no cérebro e no comportamento humano. Ademais, Papalia, Olds e Feldman (2013, p. 471), indicam que “seu começo e seu fim não são claramente marcados nas sociedades ocidentais; dura aproximadamente uma década, entre os 11 ou 12 anos e final da segunda década de vida ou início dos 20 anos”.

Uma das características mais definidoras dessa extensa fase de transição é o processo de maturação cerebral. A afirmação de que os jovens ainda não apresentam maturação cerebral semelhante à de adultos, e portanto, não podem ser equiparados à estes, deriva do entendimento de que durante a adolescência áreas do córtex cerebral, responsáveis por ações complexas como tomada de decisões, planejamento e flexibilidade cognitiva estão subdesenvolvidas. Estas áreas estão localizadas principalmente no córtex frontal do cérebro humano e começam a se desenvolver na infância, levando cerca de vinte e cinco anos para estarem plenamente amadurecidas em estrutura e funcionamento (Herculano-Houzel, 2005).

Na Figura 1, é possível identificar a localização do córtex frontal e dos demais lobos cerebrais em uma representação lateral deste órgão, sendo que estas subdivisões observadas no cérebro humano são nomeadas por convenção, em relação aos ossos do crânio que estão logo acima deles (Bear, Connors e Paradiso,

2008).

Figura 1- Localização dos lobos cerebrais



Fonte: Imagem adaptada de Bear, Connors e Paradiso (2008, p. 8).

Ademais, como indicam Crespi, Noro e Nóbile (2020), o amadurecimento das regiões cerebrais segue um padrão evolutivo comum à espécie humana e ocorre desde a infância à partir da parte posterior para porção frontal do cérebro, no sentido do lobo occipital para o lobo frontal. Nas palavras das autoras,

O amadurecimento das diferentes áreas cerebrais ocorre inicialmente nos lobos occipital, parietal e temporal, áreas responsáveis pelo desenvolvimento sensório-motor, enquanto o desenvolvimento do lobo frontal inicia-se na infância e perdura por diversos anos, resultando na proficiência de habilidades em etapas futuras da vida (Crespi; Noro; Nóbile, 2020, p. 166).

A região frontal do cérebro é responsável por um conjunto de funções cognitivas superiores que envolvem a memória de trabalho, o controle inibitório, a flexibilidade cognitiva, a atenção e o planejamento. Em conjunto, estas funções constituem as chamadas funções executivas e como esclarecem Cosenza e Guerra (2011, p. 87-88),

As funções executivas possibilitam nossa interação com o mundo frente às mais diversas situações que encontramos. Por meio delas organizamos nosso pensamento, levando em conta as experiências e conhecimentos armazenados em nossa memória, assim como nossas expectativas em relação ao futuro, sempre respeitando os valores e propósitos individuais. Dessa forma podemos estabelecer estratégias comportamentais e dirigir nossas ações de uma forma objetiva, mais flexível, que permita ao final, chegar ao objetivo desejado. Além disso, são as funções executivas que suportam uma supervisão de todo o processo, evitando erros e limitando nossas ações dentro de padrões éticos do grupo cultural a que pertencemos. Por tudo isso, elas são essenciais para garantir o sucesso na escola, no trabalho e na vida cotidiana.

Em concordância, o Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI) considera que a memória de trabalho, o controle inibitório e a flexibilidade cognitiva são as três principais funções ligadas ao funcionamento executivo, definindo estes conceitos da seguinte forma:

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644493364>

Memória de trabalho: permite armazenar, relacionar e pensar informações no curto prazo. Sem essa capacidade, por exemplo, o indivíduo não se lembraria do que estava fazendo após ser interrompido. Controle inibitório: possibilita controlar e filtrar pensamentos, ter o domínio sobre atenção e comportamento. Conseguir ler um texto, mesmo na presença de barulhos incômodos, é um exemplo de uso dessa habilidade. Flexibilidade cognitiva: permite mudar de perspectiva no momento de pensar e agir, e considerar diferentes ângulos na tomada de decisão. Por exemplo, essa capacidade é fundamental para o indivíduo perceber um erro e poder corrigir (NCPI, 2016, p. 5).

De forma conceitual, a literatura científica apresenta que as funções executivas são processos mentais de ordem superior necessários para a autorregulação, para o planejamento e para a flexibilidade cognitiva e comportamental, sendo que estas podem ser estimuladas e desenvolvidas paulatinamente desde a infância. Para Crespi, Noro e Nobile (2020, p. 169), é importante “reconhecer que o amadurecimento das funções executivas é um processo gradual que decorre das experiências vividas pelo sujeito em seu meio, desde a infância até a adolescência”, ou seja, existe a necessidade de maturação destas funções e essa maturação acontece gradualmente através das vivências de cada pessoa.

Nesse contexto, o desenvolvimento das funções executivas revela-se fundamental para que o indivíduo possa não apenas reconhecer e regular suas emoções, mas também planejar e organizar suas ações voluntárias com autonomia e foco para atingir objetivos em seu cotidiano. Essas habilidades permitem a definição de metas, a adaptação a imprevistos e a execução de comportamentos orientados para objetivos específicos, tanto no curto quanto no longo prazo, como apontam Cosenza e Guerra (2011, p. 88):

As funções executivas estão presentes no nosso cotidiano, em decisões e tarefas corriqueiras, e também nos planejamentos de longo prazo, como decidir a carreira pessoal, a viagem das férias do próximo ano ou o que fazer depois da aposentadoria. As pessoas normalmente são capazes de projetar, executar e monitorar seu comportamento até atingir um objetivo que tenha em mente, seja ele de curto ou longo prazo.

O funcionamento adequado destas funções permite a execução de tarefas diárias de forma eficiente, além da adequação do indivíduo à sociedade. Por outro lado, é possível supor que defasagens no funcionamento executivo podem prejudicar o planejamento, a organização, a execução, o controle de pensamentos, o manejo das emoções e das ações frente às diversas situações encontradas no dia a dia. É importante destacar que essas defasagens no funcionamento executivo frequentemente têm sua origem no contexto de desenvolvimento do indivíduo.

O meio social em que o adolescente está inserido impacta seu desenvolvimento desde os primórdios da infância. Ambientes hostis, com violência ou com déficits de amparo básicos refletem em jovens com problemas relacionados à regulação emocional, ao controle inibitório e à memória de trabalho e interferem na forma de superar os desafios cotidianos. Neste sentido, Cosenza e Guerra (2011) reafirmam a necessidade de um ambiente propício ao desenvolvimento da criança e do adolescente:

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644493364>

As funções executivas atuam como uma interface entre os indivíduos e o ambiente com o qual interagem. Por isso mesmo, fatores ambientais são importantes no desenvolvimento dessas funções, pois influenciam intensamente as modificações que no sistema nervoso estarão ocorrendo por causa dessa interação. Na espécie humana, um ambiente social bem estruturado é requisito fundamental para propiciar o desenvolvimento daquelas funções. Como as histórias individuais são diferentes, também o desenvolvimento das funções executivas terá trajetórias desiguais para cada pessoa, e as habilidades adquiridas serão provavelmente distintas (Cosenza e Guerra, 2011, p. 92).

Desenvolver ambientes saudáveis, com convívio social harmônico e sem influências da violência externa é ainda mais complexo para adolescentes que vivem em regiões violentas, que sofrem com as mazelas sociais impostas pela falta de assistência pública e econômica básica para que se desenvolvam adequadamente. Neste sentido, as diferenças sociais e econômicas podem gerar, também, defasagens de desenvolvimento cerebral, conforme afirma Moura (2018, p. 56),

As prováveis razões pelas quais a classe social parece estar relacionada às habilidades executivas encontra-se provavelmente no fato de que as crianças provenientes de classes sociais mais elevadas tendem a ter maior assistência e segurança frente aos agravos e ameaças dos fatores ambientais. Fatores adversos podem restringir ou inibir o desenvolvimento a contento das Funções Executivas (Moura, 2018, p. 56).

Assim, vemos que a exposição contínua a fatores negativos como altos níveis de estresse, violência (familiar e social), negligência parental, baixa interação social e vinculação emocional, além de problemas de saúde, podem impactar diretamente no desenvolvimento e amadurecimento adequado destas funções, gerando defasagens. Aguilar (2024) ainda indica que tais defasagens podem afetar o aprendizado e o convívio social harmônico, uma vez que o planejamento, a flexibilidade cognitiva, as escolhas e decisões futuras dependem do funcionamento adequado das funções executivas. Para a autora,

Ter habilidades desenvolvidas como atenção, controle e adaptação cognitiva faz com que o indivíduo possa tomar as melhores decisões frente a algumas situações do dia a dia. Inclusive, antecipar um problema é fundamental para o melhor desempenho ao solucioná-lo. Apesar de já nascermos com as funções executivas e o ser humano já ter estas habilidades inatas, elas dependem muito da maturação do indivíduo. As vivências e experiências culturais e sociais são fundamentais para que estas habilidades sejam desenvolvidas (Aguilar, 2024, p. 24).

Considerando o exposto, a escola passa a ter uma importância ainda maior, visto que para alguns jovens este é o único ambiente facilitador e fomentador do desenvolvimento pleno, no qual suas habilidades e competências podem ser aperfeiçoadas e funções cognitivas superiores, como a memória, o planejamento, a flexibilidade cognitiva, a regulação emocional e o controle inibitório são essenciais para o processo de aprendizagem, para sucesso acadêmico dos estudantes e para sua interação com os demais sujeitos que se encontram neste espaço. Segundo Cassel (2015), citado na BNCC (Brasil, 2017):

O grande desafio que se configura atualmente é investir nas competências cognitivas/acadêmicas e também nas competências socioemocionais.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644493364>

Quanto a essa questão, CASEL (2015) aponta que investir em competências socioemocionais beneficia o aluno não apenas no desenvolvimento dessas competências, mas também no desempenho escolar de modo geral e na manutenção de uma sociedade pró-social. Portanto, para que as competências socioemocionais sejam trabalhadas no contexto escolar do aluno do século XXI, elas devem ser o foco de qualquer proposta curricular que venha a ser delineada a partir da BNCC (Casel, 2015).

É na escola que se oferecem situações práticas que demandam do adolescente planejamento de suas atividades, organização de seus materiais, gerenciamento do seu tempo, controle dos seus impulsos, adaptações a diferentes situações de sala de aula e persistência diante de dificuldades. Contudo, é fundamental compreender que essas habilidades não surgem prontamente em todas as crianças e adolescentes, pois seu desenvolvimento ocorre de maneira gradual, acompanhado pela maturação cerebral e pela interação do sujeito com o meio social e educacional.

Reconhecer que o amadurecimento das funções executivas varia de acordo com as trajetórias individuais é essencial para práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Nesse sentido, Cosenza e Guerra (2011, p. 91) ressaltam que:

Naturalmente, no ambiente escolar as funções executivas são primordiais para que o estudante possa ter sucesso em todas as etapas de sua educação. Contudo, é preciso levar em conta que elas se desenvolvem gradualmente ao longo da infância e da adolescência. Alguns autores sugerem mesmo que é por meio do amadurecimento progressivo das funções executivas que se caracterizam muitos estágios identificados no desenvolvimento infantil.

Passar pela etapa da infância desenvolvendo gradualmente todas as habilidades neurais seria o processo ideal, mas que infelizmente não ocorre adequadamente para todos e todas, visto as diferentes condições e contextos que atravessam cada indivíduo. Neste contexto, a escola passa a ser um ambiente de resistência contra as desigualdades, a violência, a falta de assistência e também a defasagem no desenvolvimento integral, que inclui o amadurecimento e aperfeiçoamento das funções executivas. Cabe, portanto, ao educador conhecer seus estudantes, suas particularidades e seus contextos, considerar possíveis lacunas no desenvolvimento de determinadas habilidades e buscar oportunizar situações de aprendizagem significativas. Segundo Cosenza e Guerra (2011, p. 94),

O verdadeiro educador deve ter como objetivo ajudar o aprendiz a atingir o estágio mestre, criando as condições para que ele se desenvolva em termos de planejamento, desempenho, compreensão e expressão. Para que ele desenvolva sua capacidade de autorregulação e saiba reconhecer limites, mas que também saiba identificar oportunidades, avaliar riscos e refletir sobre os próprios erros. Se tudo é compulsório, não se aprende a lidar com a incerteza e adquirir um comportamento flexível. Se não há desafios e o ambiente é muito confortável, não há estímulo para mudar para melhor. Se não há tolerância aos erros, não se aprende a desenvolver respostas alternativas e inibir indesejáveis.

Destacamos que, mesmo sendo a adolescência um período constituído socialmente, as mudanças trazidas pela puberdade também são marcos importantes para o desenvolvimento e maturação neurológica, que proporcionam competências básicas de êxito em escolhas cotidianas e reflexos negativos ou assertivos na vida

dos indivíduos na fase adulta. Sabe-se que a convivência harmônica familiar e social são a base para esse desenvolvimento esperado, porém nem sempre há qualidade de vida suficiente para alcançar as aptidões socioemocionais que passam a ser um propósito de ensino também apontado pela BNCC (Brasil, 2017).

Conceituando competências socioemocionais podemos afirmar que tratam das individualidades expressas pelo modo de pensar, sentir e de comportamentos ou atitudes para no relacionamento com o meio social, através dessas competências é possível estabelecer objetivos, tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas. dependendo do grau de desenvolvimento neurológico, podem ser relacionadas essas competências ao aprendizado, uma vez que elas podem ser observadas no padrão costumeiro de ação e reação frente a estímulos de ordem pessoal e social, como afirma Boer e Elias (2022, p. 271),

As habilidades sociais são comportamentos sociais valorizados em determinada cultura, tendo alta probabilidade de resultados favoráveis para o indivíduo, seu grupo e comunidade. Essas habilidades contribuem para a competência social, entendida como um construto avaliativo do desempenho de um indivíduo numa tarefa interpessoal, atendendo seus objetivos, as demandas da situação e gerando resultados positivos, dentro de critérios instrumentais e éticos.

Quando se relaciona o desenvolvimento das competências socioemocionais com as funções executivas, fica claro que atrasos no amadurecimento neurológico podem influenciar diretamente essas habilidades, dificultando a forma como crianças, jovens e até adultos lidam com os próprios sentimentos e com o outro. Como destacam León et al. (2013), a aprendizagem não acontece de forma isolada do emocional, ela está profundamente entrelaçada aos sentimentos, embora as funções executivas tenham um papel importante nas interações sociais e no processo de aprendizagem, elas não atuam sozinhas. Nesse contexto, as funções desempenham um papel crucial tanto nas interações sociais quanto no processo de aquisição de conhecimento.

Contudo, é essencial reconhecer que essas funções não atuam de maneira isolada. Para que contribuam de forma positiva, é fundamental que haja condições ambientais favoráveis. Isso inclui o incentivo adequado ao exercício dessas funções, por meio de atividades desafiadoras e estruturadas, bem como a oferta constante de exemplos de comportamentos sociais saudáveis por parte de familiares, educadores e pares. Esses modelos servem não apenas de inspiração, mas também de suporte prático, auxiliando na construção de vínculos positivos e, conseqüentemente, na promoção de um melhor desempenho acadêmico e bem-estar geral.

Deste modo, entende-se que potencializar o desenvolvimento das funções executivas é também proporcionar aos adolescentes que estes tenham suas funções socioemocionais ampliadas, mesmo que cada um a seu tempo, proporcionando a possibilidade de que haja a autoconsciência que é o conhecimento de si, bem como de suas forças e limitações, sempre mantendo uma atitude otimista e voltada para o crescimento; promoção da autogestão que é o gerenciamento eficiente do estresse, ao controle de impulsos e à definição de metas; ampliação da consciência social e desenvolvimento da empatia, em respeito à diversidade; da evolução das habilidades

de relacionamento possibilitando momentos de fala e de escuta, de respeito e cooperação com o outro, solucionando conflitos de forma respeitosa.

Análises

A partir do levantamento realizado nas plataformas SciELO e CAPES, foram encontrados sete artigos que foram lidos integralmente e analisados individualmente. Na sequência, serão apresentados seus resultados individualmente e por fim, discorreremos sobre possíveis interlocuções entre os textos. Para organização da leitura e da análise, no Quadro 1, apontamos dados de identificação de cada um dos artigos selecionados.

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise

ARTIGO	AUTOR (ES)	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO
Artigo 1	Mariana Rodrigo do Vale Costa e Silva, Rauni Jandé Roama-Alves, Tatiana de Cássia Nakano e Bárbara David Rech	2019	Identificação da dupla excepcionalidade em adulto: um caso de altas habilidades/ superdotação e TDAH	CAPES
Artigo 2	Ricardo Luís de Aguiar Assis, Bruno Terra Junho e Valdir Ribeiro Campos	2019	Menor performance das funções executivas prediz maior consumo de álcool e tabaco em adolescente	SciELO
Artigo 3	Pâmela Virgínia dos Santos, André Vilela Komatsu, Fernanda Papa Buoso, Paula Andrea Alarcón-Bañares e Marina Rezende Bazon	2021	Adolescência, experiências adversas e competências socioemocionais: diferenças de gênero	SciELO
Artigo 4	Lívia Maria Bedin, Felipe Rispoli Nunes, Ana Luiza Tonial	2024	Adolescência, experiências adversas e competências socioemocionais: diferenças de gênero	CAPES
Artigo 5	Tânia Gaspar, Susana Gaspar, Fábio Botelho Guedes, Ana Cerqueira, Cátia Branquinho, Gina Tomé, Marta Reis, J. E. de Freitas, Margarida Gaspar	2022	Estudo dos fatores sociais e pessoais relacionados com os sintomas depressivos na adolescência na Pandemia COVID-19	CAPES

ARTIGO	AUTOR (ES)	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO
Artigo 6	Joviana Quintes Avanci, Aline Ferreira Gonçalves, Orli Carvalho da Silva Filho, Pedro Henrique Tavares, Simone Gonçalves de Assis	2024	Revisão de escopo sobre habilidades socioemocionais na prevenção do comportamento suicida em adolescentes	CAPES
Artigo 7	André Vilela Komatsu, Rafaelle Cs Costa, Marina Rezende Bazon	2018	Delinquência juvenil: relações entre desenvolvimento, funções executivas e comportamento social na adolescência	CAPES

Fonte: Produção das autoras, 2025.

Inicialmente, foi realizada a leitura do título e do resumo de cada texto selecionado. Na sequência, foi realizada a leitura integral dos artigos selecionados e a análise crítica do mesmo, buscando refletir sobre pontos de aproximação e distanciamento entre eles, considerando a temática central desta pesquisa, que busca levantar fundamentos teóricos sobre a relação entre funções executivas e competências socioemocionais nos primeiros anos da adolescência. Deste modo, apresenta-se na sequência uma síntese de cada artigo lido e analisado. Após, expressam-se articulações entre os textos lidos e a temática investigada nesta pesquisa.

O primeiro artigo, intitulado "Adolescência, experiências adversas e competências socioemocionais: diferenças de gênero" foi publicado no ano de 2024 e investiga a relação entre experiências adversas na infância e na adolescência, frente ao desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia e autocontrole, considerando as diferenças de gênero. Os autores indicam que esta pesquisa foi realizada com 1.302 adolescentes, em contextos socialmente vulneráveis, revela que o gênero feminino apresenta maior prevalência de experiências adversas na infância e na adolescência, especialmente em situações de abuso emocional, físico e sexual, enquanto o gênero masculino está mais exposto a violências comunitárias. Os resultados indicam que as experiências adversas na infância e na adolescência afetam o desenvolvimento socioemocional de forma distinta entre os gêneros, com impactos negativos mais acentuados no autocontrole das adolescentes, o estudo ainda sugere a necessidade de aprofundar a compreensão sobre como os estereótipos de gênero influenciam essas relações e de implementar estratégias de apoio psicossocial para diminuir os efeitos das adversidades.

O artigo 2, é intitulado como "Menor performance das funções executivas prediz maior consumo de álcool e tabaco em adolescentes" e foi publicado em 2019. O texto explora a relação entre o desempenho das funções executivas e o uso de álcool e

cigarro por adolescentes. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, com delineamento transversal, feita com 239 jovens entre 11 e 18 anos. Os participantes foram avaliados por meio de testes neuropsicológicos, e os dados mostraram que um desempenho mais fraco em aspectos como controle inibitório, flexibilidade cognitiva e tomada de decisão está ligado a um maior consumo dessas substâncias, principalmente entre os adolescentes de 14 a 16 anos. O estudo reforça a importância de investir em estratégias preventivas voltadas ao desenvolvimento das funções executivas como forma de reduzir comportamentos de risco nessa faixa etária.

No terceiro artigo, "Identificação da dupla excepcionalidade em adulto: um caso de Altas Habilidades/Superdotação e TDAH", publicado em 2021, os autores apresentam o relato de uma avaliação neuropsicológica realizada com um adulto que revelou a presença simultânea de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A investigação, baseada em sete sessões com uso de instrumentos psicológicos e observações clínicas, agrupou os dados em categorias como inteligência, funções executivas, habilidades escolares e socioemocionais. Os resultados indicaram um quociente intelectual elevado, ao mesmo tempo em que evidenciaram déficits em funções executivas frias, como controle inibitório e planejamento, além de características comportamentais como impulsividade, ansiedade e dificuldades na regulação emocional, o estudo destacou a importância da identificação correta e abrangente da dupla excepcionalidade, mesmo na vida adulta, como forma de garantir suporte adequado às demandas cognitivas e emocionais dos indivíduos.

O artigo 4, intitulado "Adolescência, experiências adversas e competências socioemocionais: diferenças de gênero" (2024) analisa, através de um questionário sociodemográfico realizado por equipes brasileiras e chilenas, dados de 1321 jovens, oriundos de escolas públicas, com idade média de 15 a 17 anos, sendo 48,8% do gênero masculino e 49,8 de gênero feminino, uma pequena parcela se autodeclarou não binário (1,4%) e não foi considerado para o estudo em destaque. No desenvolvimento da pesquisa foram comparados dados dos dois gêneros sempre considerando experiências adversas da infância (ACEs) com prejuízos no desenvolvimento psicossocial. Em relação às diferenças de gênero, o público feminino apresentou maior número de situações de abuso sexual e abuso emocional, por outro lado o público masculino reportou ter mais experiências de acidentes graves, violência policial entre outras. Em todos os modelos de pesquisa o gênero masculino apresentou menores pontuações em empatia, capacidade de regular os próprios comportamentos, autocontrole e autorregulação. Em todos os casos as experiências adversas na infância são significativamente associadas a desfechos negativos, os resultados indicam a necessidade de mais investigações acerca da influência dos estereótipos de gênero no desenvolvimento psicossocial de adolescentes.

No artigo 5, "Estudo dos fatores sociais e pessoais relacionados com sintomas depressivos na adolescência na Pandemia COVID-19", publicado em 2022, os autores analisam o impacto da Pandemia de COVID-19, do isolamento social e o risco de adoecimento ou morte, nos adolescentes. Com foco no prejuízo de desenvolvimento socioemocional e agravamento de patologias da saúde mental. O estudo quantitativo investigou alunos de escolas públicas, com idades de 14 à 16 anos, analisando dados

e comportamentos dos adolescentes no seu contexto de vida e a influência da COVID-19 na saúde e bem-estar. A pesquisa conduzida revelou que 30,7% dos adolescentes em estudo referiu ter sintomas depressivos, 80,6% sentiu preocupações, para tal houve uma associação do fato com a falta de apoio da família, relacionamento ruim com colegas e professores e sentir menos desenvolvidas as competências socioemocionais e, no conjunto, sentir sintomas físicos e psicológicos. Foram as meninas entrevistadas que tiveram a pior percepção da sua saúde e maiores preocupações. Por outro lado, o estudo indicou que indivíduos com as competências socioemocionais adequadas aos contextos tendem a lidar melhor com fatores de risco e tendem a preservar e desenvolver a saúde mental e menos sintomas depressivos.

O sexto artigo analisado foi publicado em 2024 e tem o título “Revisão do escopo sobre habilidades socioemocionais na prevenção do comportamento suicida em adolescentes”. Este estudo visa mapear e analisar a produção científica nacional e internacional sobre iniciativas e programas de prevenção do comportamento suicida na infância e na adolescência, tomando por base um referencial teórico das habilidades socioemocionais. As buscas foram realizadas entre janeiro e julho de 2022. Os resultados mostram que há maior número de iniciativas de pesquisa nos Estados Unidos, seguida por Brasil e Espanha, a maioria volta os estudos somente ao suicídio sem considerar a autolesão. Um aspecto relevante apontado pela análise do escopo foi que deficiências no desenvolvimento de habilidades sociais e de regulação das próprias emoções parece ser o precursor do comportamento suicida que é definido como tipo de conduta em que a pessoa busca se ferir ou se matar e pode aparecer sob a forma de ideação, planejamento, autoagressão ou tentativa suicida. Um dos dados alarmantes apresentados é que o suicídio é a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo, sendo que no Brasil há uma crescente desta ocorrência desde o ano 2000. O estudo indica ainda que, fatores como gênero, idade, raça/etnia e contextos de vulnerabilidade social tem implicações importantes no número de casos.

Por fim, o sétimo artigo analisado, intitulado “Delinquência juvenil: relações entre desenvolvimento, funções executivas e comportamento social na adolescência”, foi publicado em 2018 e apresenta os resultados de uma revisão integrativa do conhecimento científico produzido em torno das relações entre as funções executivas e comportamentos delituosos na adolescência, discutindo ainda possibilidades de prevenção e tratamento com acompanhamento socioeducativo que é muito diferente ao que hoje a justiça considera como processo socioeducativo, que muitas vezes é punitivo e só reverbera as defasagens pré-existentes. Atos infracionais na adolescência podem ser relacionados a déficits de desenvolvimento das funções executivas, porém a grande questão é que em muitos casos isso ocorre como um fato isolado de atitude delituosa, já em outros casos esses comportamentos tendem a se tornarem repetitivos. Alguns pontos ressaltados pelas conclusões da pesquisa são que os grupos relacionados para todos os estudos científicos, que apresentaram algum tipo de delito cometido, também apresentaram defasagens no desenvolvimento das funções executivas.

Ao realizar a análise integrada dos estudos destacados, evidenciou-se que a adolescência é um período crítico para o desenvolvimento humano, sendo

caracterizado por intensas mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Nesse contexto, as funções executivas e as competências socioemocionais parecem desempenhar um papel central na adaptação dos sujeitos às demandas crescentes do ambiente escolar, familiar e comunitário. Por outro lado, adversidades vivenciadas neste período da vida podem comprometer o amadurecimento dessas habilidades, especialmente em populações expostas à vulnerabilidade social.

Os artigos 1, 4 e 5 abordaram a influência das experiências adversas no desenvolvimento de adolescentes e apontam para a existência de significativas diferenças de gênero quanto aos tipos e impactos dessas vivências. O gênero feminino apresenta maior exposição a situações de abuso emocional e sexual, enquanto o gênero masculino é mais frequentemente atingido por episódios de violência social. Essas experiências geram prejuízos específicos, afetando principalmente habilidades como empatia, autorregulação e autocontrole, com o artigo 1 indicando impactos negativos mais acentuados no autocontrole das adolescentes, e o artigo 4 registrando que o gênero masculino apresentou menores pontuações em empatia e capacidade de regular os próprios comportamentos. Os dados reforçam a necessidade de considerar os estereótipos de gênero e os contextos sociais no planejamento de intervenções que visem o fortalecimento das competências socioemocionais e a redução dos efeitos das adversidades na saúde mental dos adolescentes.

Os estudos sobre funções executivas propostos nos artigos 2, 3 e 7 indicaram que déficits em habilidades como controle inibitório, tomada de decisão, planejamento e flexibilidade cognitiva estão associados ao aumento da exposição a comportamentos de risco, como o consumo de substâncias psicoativas (especialmente entre adolescentes de 14 a 16 anos, conforme o artigo 2) e a prática de atos infracionais, sendo que o artigo 7 destaca que grupos envolvidos em delitos apresentaram defasagens no desenvolvimento das funções executivas, embora alguns casos sejam isolados e outros se tornem repetitivos. Ressalta-se, ainda, a complexidade dos quadros em que há coexistência de altas habilidades cognitivas e transtornos do neurodesenvolvimento, como no caso da dupla excepcionalidade apresentada no artigo 3, que demonstrou quociente intelectual elevado simultaneamente a déficits em funções executivas, como o controle inibitório e o planejamento, implicando em dificuldades de regulação emocional. Nesse cenário, torna-se fundamental o investimento em processos diagnósticos abrangentes e na implementação de práticas educativas e terapêuticas que considerem as múltiplas dimensões do funcionamento psicológico dos adolescentes.

Na sequência, o artigo 6 contribuiu com uma abordagem focada na prevenção do comportamento suicida na adolescência, evidenciando que deficiências no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, especialmente aquelas relacionadas à regulação emocional, constituem fatores preditivos importantes da ideação e da tentativa de suicídio. Os dados apresentados neste estudo apontam, ainda, para a necessidade de estratégias intersetoriais que envolvam Estado, escola, mídia e serviços de saúde e de assistência social na construção de políticas de prevenção eficazes, com foco na promoção da saúde mental e no fortalecimento da rede de apoio aos adolescentes, o que também é apontando no artigo 7, que critica a

ausência de políticas públicas brasileiras voltadas à promoção do desenvolvimento das funções executivas, apesar da ampla evidência internacional sobre sua eficácia em contextos escolares e familiares, defendendo um acompanhamento socioeducativo distinto do modelo punitivo vigente.

O conjunto de estudos analisados indica que a promoção e a educação para saúde são processos de capacitação, participação e responsabilização dos indivíduos que permitem o desenvolvimento da autorregulação, autoestima, autoconceito e bem-estar, que são competências relacionadas ao funcionamento executivo. Ademais, no nível interpessoal, faz-se necessário a promoção de ambientes que favoreçam vínculos positivos com a família, amigos e colegas para que ocorra a gestão saudável de conflitos e fatores estressores, sobretudo aqueles agravados em períodos de crise, como demonstrado no artigo 5, em que 30,7% dos adolescentes relataram sintomas depressivos associados à falta de apoio familiar e a competências socioemocionais menos desenvolvidas.

Em suma, a análise converge para a defesa de intervenções preventivas e psicossociais que fortaleçam funções executivas e competências socioemocionais desde a infância, em vez de respostas meramente punitivas ou reativas, com especial atenção às diferenças de gênero e aos contextos de vulnerabilidade. Por outro lado, ressalta-se que a amostragem analisada apresenta diferentes interfaces de abordagem da temática investigada neste estudo a partir dos descritores utilizados, o que fornece uma visão ampla da relação entre funções executivas, competências socioemocionais e adolescência. Destarte, indica-se a necessidade de estudos posteriores que investiguem e aprofundem a interlocução dos descritores utilizados em vista os contextos específicos que surgiram no contexto desta pesquisa, como gênero, TDAH, consumo de drogas e comportamentos suicidas.

Considerações finais

Os fundamentos apresentados nesta pesquisa indicam a relevância da adolescência e das transformações pelas quais o cérebro humano passa nesse período para o fortalecimento de habilidades e competências socioemocionais, que envolvem a capacidade de reconhecer emoções, lidar com conflitos e estabelecer relações saudáveis. Tais aspectos estão profundamente conectados ao funcionamento das funções executivas, como o autocontrole, a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva. Quando bem desenvolvidas, essas habilidades permitem que o indivíduo compreenda melhor a si mesmo e ao outro, favorecendo a adaptação ao ambiente escolar e a construção de vínculos sociais positivos, fundamentais para a aprendizagem e para a formação integral do sujeito. Neste sentido, o estudo destacou que o funcionamento das funções executivas relaciona-se diretamente com o aprendizado, pois este rol de habilidades permite que o adolescente organize suas ideias, mantenha o foco, lide melhor com frustrações e adapte seu comportamento diante de diferentes situações, favorecendo tanto o desempenho escolar quanto a convivência social.

As pesquisas analisadas também indicaram que a defasagem no controle

inibitório pode refletir na impossibilidade de controlar um ato impulsivo e levar a comportamentos de risco e ao uso de substâncias ilícitas. Já a flexibilidade cognitiva, quando pouco desenvolvida, poderá acarretar em comportamentos inflexíveis, baixa adaptabilidade ao meio, dificuldades com convivência e manejo social, dificuldades em lidar com conflitos nas relações entre pares. Por fim, déficits na memória de trabalho podem implicar em dificuldades de aprendizado, baixo desempenho acadêmico, além de falta de organização e planejamento para execução de atividades diárias.

A interlocução realizada entre os fundamentos teóricos buscados em pesquisas das áreas de Neurociências, Educação e Psicologia do Desenvolvimento e os artigos científicos analisados, reforçam a importância de garantir aos adolescentes ambientes seguros e estimulantes, de forma que seus cérebros em amadurecimento possam priorizar não apenas a tomada de riscos, mas também desenvolver o autocontrole, a inibição comportamental e a flexibilidade cognitiva, competências necessárias para lidar com emoções, interações sociais e tomadas de decisão de forma eficaz. Conclui-se, portanto, que é primordial investir em políticas públicas e em ações integradas e coordenadas entre diferentes setores da sociedade, visando garantir que os adolescentes tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento pleno e saudável em todos os espaços em que estão inseridos.

Referências

- AGUILAR, Renata. **Funções executivas: estratégias para estimulação de processos cognitivos neurofuncionais para uma aprendizagem significativa**. São Paulo: Edicon, 2024.
- BEAR, Mark; CONNORS, Barry; PARADISO, Michael. **Neurociências: Desvendando o Sistema Nervoso**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BEE, Helen; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre, Artmed, 2011.
- BEHAR, Patricia Alejandra et al. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BOCH, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, n. 1, p. 63–76, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkZzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BOER, July Dorna Casper; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Habilidades sociais, funções executivas e desempenho acadêmico: revisão sistemática. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 39, n. 119, p. 270–284, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 20 abril.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644493364>

2025.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

CASEL. Casel Guide – **Effective Social and Emotional Learning Programs**. Disponível em: <https://secondaryguide.casel.org/#Outcomes>>. Acesso em: 20 de maio 2025.

COSENZA, Ramon Moreira.; GUERRA, Leonor. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende** - Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRESPI, Livia; NORO, Deisi; NÓBILE, Márcia F. As potencialidades do brincar para o desenvolvimento das funções executivas na Primeira Infância. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 158-177, Set./Dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8863>. Acesso em: 25 fev. 2025.

DELPRETTE, Zilda Aparecida Pereira.; DELPRETTE, Almir. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. **O Cérebro Em Transformação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LENT, Roberto. **O cérebro aprendiz: Neuroplasticidade e Educação**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

LEÓN, Camila Barbosa Riccardi; RODRIGUES, Camila Cruz; SEABRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. Funções executivas e desempenho escolar em crianças de 6 a 9 anos de idade. **Revista Psicopedagogia**. 2013, vol.30, n.92, p.113-120. ISSN <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v30n92/05.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Claudio Burlas. **Funções executivas: fundamentos da aprendizagem e do comportamento** - Joinville: Clube dos autores, 2018.

NCPI, Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Primeira Infância. **Funções executivas e desenvolvimento infantil na Primeira Infância: habilidades necessárias para a autonomia**. Estudo nº III, 2016. Disponível em: www.ncpi.org.br. Acesso em: jan. 2020.

PAPALIA, Diane; OLDS, Sally; FELDMAN, Ruth. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre, Artmed, 2013.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83, 2021. Disponível em:

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644493364>

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: jun. 2025.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution- NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0).